

**Parecer nº 65/98**

Data: 1998.06.17

Processo nº 401

**Requerente:** Câmara Municipal de Lisboa.

1. Pelo ofício n.º 55/GVFCF/98, de 1998/06/01, do Sr. Vereador Fontão de Carvalho, da Câmara Municipal de Lisboa, (Entrada n.º 188, de 1998/06/02), nos termos do n.º 2, do art. 15.º, da Lei n.º 65/93, de 26 de Agosto, foi formulado à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos - CADA, pedido de parecer acerca da possibilidade de “... consulta de processos administrativos”, solicitada pelo jornalista José António Cerejo, do Jornal Público, face a dúvidas suscitadas “... relativas à salvaguarda de interesses legalmente tuteladas pelo art. 10.º ...” da LADA, por parecer anexo ao processo;
2. Efectivamente, por solicitação de 25 de Maio, último, o jornalista citado, fazendo a devida identificação, com vista “... à recolha de elementos destinados à elaboração de um trabalho jornalístico”, solicitava à entidade referida em 1. o seguinte:
  - Consulta, no local, em data que lhe for determinada, “... do processo número 20629/DAG/PG/94 e do 11617”, apensos entre si, “... relativos à negociação havida e conclusa, desde 1995, entre a Câmara de Lisboa e um promotor imobiliário para efeito de pagamento de taxas devidas pela construção do edifício sito no Campo Grande n.º 7, em Lisboa ...”;
3. Do parecer citado em 1., de uma assessora jurídica da Câmara Municipal de Lisboa, aliás, no nosso entender, bem elaborado, diz-se não se pretender pôr em causa “... a disponibilidade (daquela) Câmara para atender esta pretensão”, subsistindo apenas dúvida quanto aos “... domínios acautelados pelo disposto no art. 10.º da LADA ...” em defesa de terceiros;
4. Ora, quanto a nós, o que só poderá estar em causa é uma relação entre uma entidade pública, a Câmara Municipal de Lisboa e “um promotor imobiliário”, seguramente privado, cujo objecto terá tido em vista o pagamento de taxas.

5. Ainda que seja referido que tal relação terá sido precedida de “negociação”, tal terá envolvido a produção de processo e, portanto, de documentos com carácter administrativo não sendo de referir qualquer limitação ao seu acesso nomeadamente pelo disposto no n.º 1, do art. 10.º, da Lei n.º 65/93, de 26 de Agosto, na redacção da Lei n.º 8/95, de 29 de Março, por não se antever que uma tal “negociação” sobre taxas possa envolver ou pôr em causa, minimamente, segredos comerciais, industriais ou sobre a vida interna das empresas.
6. Assim, os contratos citados em 2., (incluindo os eventuais documentos preparatórios existentes no processo) são documentos de carácter administrativo, nos termos definidos pelo disposto na al. a) do n.º 1 do art. 4.º da LADA e, como tal, acessíveis a qualquer pessoa, nos termos do n.º 1, do art. 7.º, ainda por não se adequarem, notoriamente, à condição de documentos de índole nominativa, sendo o acesso possível pela forma solicitada ou por qualquer uma das formas previstas no art. 12.º, da LADA.
7. Neste termos, em conformidade com o art. 20.º da LADA, a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos conclui que os documentos referentes aos processos n.º 20629/DAG/PG/94 e 11617, referidos em 2., constituem documentos administrativos, nos termos do disposto na al. a) do n.º 1, do art. 4.º e, assim, acessíveis ao requerente, nos termos do n.º 1, do art. 7.º, ambos da LADA.

Comunique-se o presente parecer à Câmara Municipal de Lisboa.

Lisboa, 17 de Junho de 1998

*Francisco de Brito (Relator) – José Magalhães – João Figueiredo – José Renato Gonçalves – Branca do Amaral – João Labescat – Castro Martins (Presidente)*